



ÉTICA, ÉTICA EMPRESARIAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL: REFLEXÕES E RECOMENDAÇÕES

Orlando Nunes Cosenza (UFRJ)

orlando@pep.ufrj.br

Ilan Chamovitz (UFRJ)

ilan@api.adm.br

Ética e responsabilidade social normalmente andam juntas. Porém, a dificuldade de conjugá-las se apresenta sempre que os engenheiros de produção estão diante de decisões contingenciais determinadas por fatores ou forças que não estão sob controle sistêmico. Hoje o ser humano está destinado a introjetar novos valores, uma nova moral e uma nova ética, baseados em conceitos de mercado, competitividade, ganhos e lucros, entre outros. O presente artigo procura ressaltar a preocupação das empresas com as mudanças que estão se processando com a chamada abertura de mercados. Convida a reflexões sobre elementos relacionados às decisões e sugere recomendações a administradores e engenheiros de produção.

Palavras-chaves: Ética, responsabilidade social, cultura, moral, decisão

1. Introdução

Falar de ética é falar de valores e moral, ou seja, de comportamentos. O homem é ao mesmo tempo um produto da natureza - um ser biológico, e um produto da cultura - um ser social, logo um ser ambivalente, sujeito às leis naturais e sociais, que por vezes são conflitantes. O incesto, por exemplo, pode ser determinado pelas leis da natureza, mas não pelas leis sociais. À medida em que o homem se organiza socialmente, acordos vão sendo pactuados com o objetivo de tornar a convivência mais harmoniosa. E é aí que o comportamento, baseado em valores e na moral acordados coletivamente, entra. A ética pressupõe como referencial o consenso previamente estabelecido em cada cultura. Curiosamente a pessoa não nasce ética, nem com uma moral estabelecida, sustentada por valores, juízos ou afirmações. Isto é adquirido com a experiência de vida. E essas experiências não são as mesmas em todos os lugares e em todos os tempos, daí os conflitos que fazem parte da rotina planetária. A chamada globalização está, através da mídia, influenciando fortemente a mudança de comportamentos no mundo. Hoje o ser humano está destinado a introjetar novos valores, uma nova moral e uma nova ética, baseados em conceitos de mercado, competitividade, ganhos/lucros, competência e produtividade, entre outros. É a ética do dinheiro e do consumo, a ética do ser bem sucedido, a ética dos destaques e das diferenças.

O presente artigo busca acompanhar, com exemplos e recomendações, este novo momento, um momento de crises constantes, fenômeno próprio de contestação de valores já consagrados e da introdução de valores ainda não aceitos consensualmente. Os momentos de crise são momentos onde ocorrem perdas de identidade, individual e coletiva, significado das coisas e controle das ações.

2. Significados: Ética, Ética Empresarial e Responsabilidade Social

O termo ética, vocábulo originado diretamente do latim *ethica*, e indiretamente do grego *ethiké*, tem seus fundamentos na filosofia, que estuda, compreende (interpreta) e procura explicar as realidades manifestas e aparentes do ser humano no mundo, principalmente através da axiologia, com o estudo dos valores humanos, também entendidos por juízos morais (WIKIPÉDIA, 2007). Para Miguel Reale, por exemplo, “Ética é a ciência normativa dos comportamentos humanos” (REALE, 1999).

A ética empresarial, termo mais restrito que o de ética no seu sentido mais amplo, trata especificamente, nos dias atuais, da relação das empresas públicas, privadas ou mistas (comportamento interativo), com todos os demais segmentos que estão no seu campo de ação: colaboradores, clientes, público, concorrentes, comunidade, etc. A ética empresarial é norteadada por princípios jurídicos, de natureza legal, e por princípios de boa convivência, de natureza social, em conformidade com os valores da organização, que dizem respeito à responsabilidade individual de seus integrantes e aos valores sociais que dizem respeito à cultura social em que a empresa está inserida.

A partir da idéia de abertura, desregulamentação dos mercados, a relação competitiva - concorrência entre duas ou mais empresas - tornou-se objeto de avaliações cada vez mais presentes e sofisticadas, justificadas por um conjunto de critérios, dos quais responsabilidade social é uma condição necessária. Responsabilidade social encerra a idéia de balanço, de prestação de contas, de como a empresa trabalha e age em relação aos seus empregados, à sociedade, incluindo concorrentes, e ao meio-ambiente. Dentro da empresa, manifesta-se com a implantação de uma cultura e clima organizacionais propícios e, fora, com ações que

evitem impactos negativos, prejudiciais à sociedade (pessoas de um modo geral, organizações e meio-ambiente). O critério responsabilidade social avalia as empresas de acordo com os seus atos legais, financeiros e éticos, podendo excluí-las do mercado caso os resultados desse balanço não sejam favoráveis.

3. Ética e Responsabilidade Social

A ética, como já explicitado, tem a ver com a conduta humana, com a forma como o ser humano se relaciona entre si. As relações humanas são pautadas por um conjunto de princípios ou padrões, nem sempre consensuais, mas que permitem a interação entre as pessoas. Até agora, pouco se conseguiu quanto a princípios universais, aceitos por todos indistintamente. Catástrofes, por vezes, pelo impacto que causam, levam à produção de legislações aceitas por maiorias, pelo menos formalmente, como, por exemplo, a legislação pactuada na ONU sobre os Direitos Humanos, apesar de suas constantes violações. O que tende a permanecer não são os pactos universais, mas os pactos locais, estabelecidos por forte consenso e estratificados pelo tempo. O tradicional é exatamente isso, mesmo quando se confronta com valores limítrofes, próximos, e tecnologias que se desenvolvem exponencialmente. O que é material muda muito rapidamente, através de tecnologias de produtos, processos e operações, que são filtradas por valores culturais, que mudam também, mas de uma forma muito mais lenta. A tendência de conflitos neste momento de globalização não parece ser uma quimera. Ainda são necessários novos pactos para que se possa ter uma ética global, mais ampla, aceita por todos. Quando na Academia as pesquisas são avaliadas pelo prisma da ética, a tarefa recomendada pelos Comitês de Ética em Pesquisa (SERRUYA & MOTTA, 2006) consiste em analisar de maneira crítica e imparcial as ferramentas científicas (conceitos, teorias, paradigmas); os materiais e métodos; os valores e as crenças sobre o correto e o incorreto; o justo e o errado, diretamente envolvidos pela pesquisa, seja ela pertencente ao âmbito das ciências naturais ou sociais (A Administração é uma ciência social aplicada e a Engenharia de Produção acrescenta a dimensão social às engenharias).

A literatura apresenta trabalhos sobre o chamado “choque cultural” em executivos expatriados (CHEW, 2004). Uma pesquisa baseada em relatório de multinacionais que alocaram executivos para projetos no exterior concluiu que: 40% deles deixaram o cargo por não se ajustarem às novas culturas, e 50% dos remanescentes apresentaram desempenho abaixo da média, causando somente no aspecto performance, perdas de US\$2 bilhões por ano para o conjunto dessas empresas.

Agora, essas empresas estão sendo obrigadas a oferecerem treinamento e acompanhamento psicológico para os gerentes que vão substituir os que retornam, que, por sua vez, são igualmente submetidos a esses treinamentos e acompanhamentos.

Alguns exemplos podem ilustrar comportamentos diferentes associados à ética das diferentes culturas: na Tailândia e nos países árabes, não se pode cruzar as pernas e mostrar a sola do sapato para quem quer que seja. Trata-se de um insulto, pois esta é considerada a parte mais suja da vestimenta das pessoas, logo, por uma questão de respeito ao outro, não deve ser mostrada. Em algumas regiões do Oriente Médio, da África e da Ásia, é preciso ter cuidado com as mãos, particularmente a esquerda, por ser utilizada na higiene pessoal.

Como as diferentes culturas produzem diferentes tipos de ética, somente a responsabilidade social pode ser seu contraponto, já que, no dizer de Francisco Gomes de Mattos (2005), consultor de Estratégia Empresarial, “a responsabilidade social é uma exigência básica à atitude e ao comportamento ético, através de práticas que demonstrem que a empresa possui uma alma, cuja preservação implica solidariedade e compromisso social”.

Toda e qualquer cultura com suas respectivas éticas e procedimentos particulares, certamente será sensível a um sentido moral que vincule o indivíduo à vida e aos interesses de seu grupo social. A solidariedade atinge a todos, é universal e ética. Portanto, entendida por toda e qualquer cultura, já que denota reciprocidade de interesses e obrigações.

Os aspectos éticos na avaliação da responsabilidade social da empresa, referem-se, entre outros, às dimensões éticas na condução dos negócios, às questões morais que se originam da relação trabalho/empresa e ao acordo explícito entre os objetivos e metas da empresa com o cumprimento dos códigos de ética dos profissionais que dela fazem parte.

Embora existam diferenças conceituais entre administradores públicos e privados, de acordo com os compromissos de cada um, existe um princípio que norteia o comportamento de todos na sociedade, o da probidade administrativa (MARTINS JR., 2001) e social. A probidade não pode ser uma falácia, uma contradição entre o que se faz e o que se diz. O caráter de integridade e honradez deve ser legitimado por avaliações de natureza legal, financeira e ética, como supõem as pontuações requeridas pela responsabilidade social, quando avaliam empresas e países que se propõem a competir num mercado aberto, ou propenso a se abrir.

O consultor Matos lembra que em sociedade é impossível a continuidade de um grupo que não tenha estrutura ética na forma de valores, princípios, limites, respeito à pessoa e sentido de bem comum. Informa da necessidade de Predisposição Ética, por parte de empresas e pessoas, que se viabiliza através da sensibilidade social, da percepção de valor e da relevância do bem moral. Mas isso só é possível quando há Consciência Ética, que corresponde à capacidade de avaliar e julgar. Ao mesmo tempo, recomenda a necessidade de substancial revisão na realidade organizacional que vige no país, tais como:

- Autoritarismo: concentração do poder, dominação, tendência à fragmentação (ilhas de poder nas organizações).
- Paternalismo: corrupção do poder, privilégios, assistencialismo opressor.
- Individualismo: competição predatória, egoísmo, falta de visão social.
- Consumismo: possessividade, canibalismo social, ânsia de possuir sempre mais.

Segundo seus estudos, o foco deve ser sempre o homem, em dignidade e oportunidades. O homem em equipes inteligentes, integrado e interagindo. Essa sinergia resulta da consciência ética, e a ética pressupõe 4 elementos: Liberdade; Dignidade/Responsabilidade; Igualdade de Oportunidades; e Direitos Humanos.

Para este autor, ser competente pressupõe ser ético, já que não vale a pena para nenhuma empresa ter profissionais competentes e aéticos. Frequentemente esses profissionais ganham negócios, mas perdem a empresa. Geralmente agem com uma visão imediatista, sem respeitar valores. Para esses profissionais vale tudo para obter resultados: *o concorrente tem que ser eliminado, o cliente “encantado” a qualquer preço.*

A educação ética, quando faz parte da cultura da empresa, é a contrapartida da organização aos profissionais aéticos, mesmo competentes.

Quanto ao lucro, condição necessária à perpetuidade da empresa, é importante que se acrescente a ele um conteúdo ético também. Para tanto, a ética do lucro deve contemplar as quatro ações/condições essenciais apresentadas na tabela 1:

Alvo	Ação
A Empresa	reinvestimentos que assegurem a sua sobrevivência e desenvolvimento (processo de Renovação Contínua).
O Capital	justa remuneração aos investidores que bancaram o risco (Retribuição Societária).
O Trabalho	remuneração justa aos agentes produtivos (Salários Justos).
A Comunidade	como retribuição pelo sucesso do empreendimento (Solidariedade Social).

Tabela 1 – Condições para a ética do lucro

4. Temas para reflexões

Independentemente das culturas nacionais, regionais e locais, e suas respectivas éticas, que apresentam dificuldades para outras empresas não nacionais, regionais ou locais, o presente artigo procura discutir diferentes dilemas éticos com que os engenheiros de produção de empresas públicas, privadas e mistas tendem a enfrentar nas suas atividades profissionais, como desafios e interrogações. A Enron e a WorldCom, por exemplo, nos Estados Unidos, causaram grandes prejuízos a seus acionistas com a publicação de balanços contábeis falsos. O mesmo acontecendo com a Xerox, entre outras, que tornou público, entre 1998 e 2002, aumentos irregulares nas receitas da empresa, afetando igualmente a seus acionistas e concorrentes (MARQUES, 2007).

Diante desses exemplos, pergunta-se:

Quais as responsabilidades éticas dos engenheiros de produção quando se defrontam com tais decisões? Devem os administradores denunciar publicamente as irregularidades e falhas técnicas potencialmente danosas para o público em geral? Neste caso, que alternativa deve prevalecer? O dever de lealdade ao empregador?; a obrigação profissional de zelar pela segurança do público e de seus companheiros de empresa?; ou seus interesses individuais e/ou familiares?

Tais reflexões são necessárias para:

- Mostrar que as decisões dos engenheiros de produção quando desprovidas de ética podem levar a resultados dramáticos para a vida e a segurança de muitas pessoas.
- Indicar a existência do binômio responsabilidade dos engenheiros de produção versus responsabilidade do “sistema”, no caso, da empresa.
- Ilustrar como os padrões de funcionamento das empresas podem induzir pessoas eticamente responsáveis a se envolverem em decisões eticamente duvidosas. O problema que se apresenta é que ao se acentuar, ou destacar, a responsabilidade do “sistema”, ou da empresa, eliminam-se as responsabilidades individuais, criando um clima em que “ninguém é responsável por nada”.
- Apontar modos de tornar os sistemas organizacionais mais confiáveis e éticos, orientando os administradores a atuarem com mais responsabilidade ética.
- Fazer a apologia das virtudes que o engenheiro de produção deve sempre demonstrar: competência, coragem, perseverança, humildade, fidelidade aos compromissos, respeito pelos direitos dos outros, sentido de equipe, generosidade, espírito cooperativo, franqueza, lealdade ao empregador, disponibilidade para partilhar conhecimentos, ações justas, propensão para aprender.

- Conferir aos engenheiros de produção em posições de chefia e liderança um papel relevante na ética dos seus auxiliares e colaboradores, ao enfatizar a necessidade de atuarem com honestidade, integridade, respeito, responsabilidade, justiça e lealdade. Mostrar que a confiança demonstrada por seus auxiliares e colaboradores é também relevante.
- Sugerir que os códigos de ética organizacional podem fomentar e facilitar a ação ética dos engenheiros de produção, lembrando porém que não se trata de uma panacéia.
- Sugerir ainda que os códigos de ética e conduta profissional podem estimular e apoiar as condutas éticas dos engenheiros de produção, mas alertando sobre suas limitações, já que os códigos precisam ser exercidos através de uma prática permanente. Para tanto, os códigos precisam sair do papel, serem implementados.
- Colocar os engenheiros de produção no centro de um triângulo cujos vértices são a lealdade à organização, a defesa da segurança pública e o dever de zelar pelos seus interesses e os de suas famílias.
- Refletir sobre as razões que podem tornar moralmente legítimo (ou mesmo moralmente obrigatório), por parte dos engenheiros de produção e profissionais atuantes, a denúncia de práticas irregulares ocorridas em suas organizações.
- Dar relevância às denúncias anônimas, ao observar suas vantagens e desvantagens, o seu significado e as condições em que é eticamente legítima.
- Mostrar como tais denúncias estão envolvidas numa teia complexa de dificuldades, dúvidas, ambivalências e dilemas.

5. Decisões e dúvidas administrativas: O triângulo das dúvidas

Ética e responsabilidade social normalmente andam juntas. Porém, a dificuldade de conjugá-las se apresenta sempre que os engenheiros de produção estão diante de decisões contingenciais determinadas por fatores ou forças que não estão sob controle sistêmico, embora suas conseqüências possam ser probabilisticamente previstas ou antecipadas. Num mundo de competição crescente, decisões desse tipo estão se tornando regra, incluindo não apenas micros, pequenas e médias empresas, que atuam como segmentos-franja em torno de empresas maiores, por vezes gigantescas, mas que, apesar do porte, não são imunes aos mesmos problemas. O que varia são as proporções. Os Estados Unidos foram palco de escândalos envolvendo não apenas empresas privadas, mas também o próprio governo, com a NASA, Agência Nacional Aero-Espacial, administrada pelo Estado (REGO&BRAGA, 2005). A NASA, embora alertada quanto a problemas técnicos de engenharia no ônibus espacial Challenger (1986), optou por lançá-lo, em parte, por compromissos que envolviam outras grandes empresas privadas e o governo, e, em parte, para manter a imagem da Agência. Havia, à época, uma disputa de caráter internacional entre os Estados Unidos e a ex-União Soviética, que envolvia competência e prestígio. Era importante manter a imagem da NASA. Mas, com o ônibus espacial Atlantis (2003), quando as disputas já não eram tão evidentes, acabou acontecendo a mesma coisa. Em ambos os acidentes morreram todos que se encontravam a bordo, as duas tripulações.

Pergunta-se agora, denunciar é o melhor? É possível avaliar o conteúdo ético e de responsabilidade social dessas decisões? Pode-se dizer que sim, mas sempre de forma ponderada, já que tais decisões podem estar envolvidas por dilemas fundamentais, como o de conjugar e responder a vários interesses e deveres conflitantes que estão em jogo. Interesses e deveres esses que acabam por limitar o espaço de decisão do administrador, engenheiro de produção, ou de qualquer outro profissional que procure chamar a atenção para erros ou

descuidos danosos. Este profissional deve estar sempre preparado para ponderar três pontos (figura 1), principalmente quando está diante de dilemas que envolvem não apenas a empresa e seu pessoal, mas muitas outras pessoas de fora da organização: O dever de zelar pela saúde e segurança do público em geral de acordo com o que preceitua o Código de Ética Profissional. Manter confidencialidade e lealdade a seus empregadores, mesmo quando é inevitável a denúncia, dado os prejuízos que podem causar à empresa. Avaliar seus interesses pessoais e familiares, que podem ser muito afetados, mesmo com uma denúncia procedente, mas que a empresa e seus executivos não assumem com facilidade.

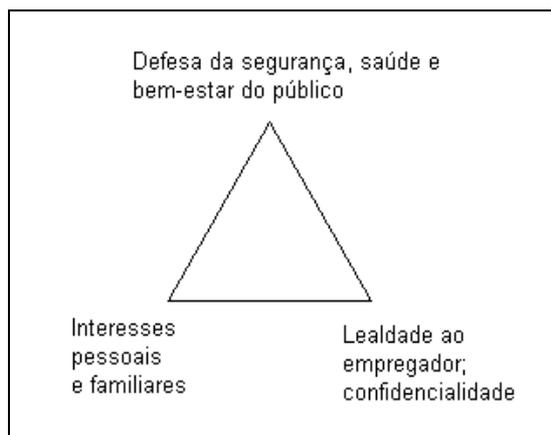


Figura 1 – O triângulo dos deveres e dos dilemas

Os casos anteriormente citados, que permeiam muitas das decisões de engenheiros de produção que atuam como executivos de empresas que competem e não podem deixar de competir, sugerem que:

- Os engenheiros de produção estão por vezes submetidos a dificuldades de natureza profissional e ética ao tentarem conciliar os três tipos de obrigações existentes no triângulo dos deveres e dos dilemas.
- Estes problemas resultam, em parte, do modo como as empresas (especialmente as grandes) funcionam e são gerenciadas.
- É um alerta para a necessidade de os engenheiros de produção se posicionarem como entes individualmente responsáveis, que devem sempre ponderar quanto aos efeitos de suas ações sobre os clientes, o público, a própria empresa, colegas, superiores etc., etc.
- Os engenheiros de produção que exercem funções de liderança devem sempre fomentar um clima de comunicação aberta e franca, além de confiança na empresa.
- Enquanto líderes, os engenheiros de produção não devem afastar os “mensageiros de más notícias”, sob pena de, a certo momento, só ouvirem aquilo que querem ouvir. E isto é muito perigoso para a empresa.
- Em toda empresa há sempre riscos pessoais provenientes de denúncias de irregularidades. É conveniente que o denunciante se cerque de orientação que o auxilie a atuar apropriadamente antes de chamar a atenção para detalhes obscuros e/ou escusos.

Um alerta: O engenheiro de produção deve sempre atuar em prol do público, da sociedade, já que este proceder pode ser o mais adequado para os interesses da empresa e não apenas um cumprimento de ordens. Silenciar uma irregularidade pode alimentar apenas a inércia de a empresa continuar irregular, deixando de ver os riscos que o problema poderá trazer mais adiante. Não denunciar a ilegalidade cometida por um responsável organizacional pode significar uma conivência que poderá comprometer a empresa. Uma organização que não

satisfaz os requisitos mínimos de respeito à comunidade em que está inserida pode sofrer conseqüências piores quando a irregularidade for descoberta e vir a público. Será pior do que se a denúncia fosse feita, mesmo como alerta dentro da empresa.

Outro alerta: Lealdade à empresa não pode ser confundida apenas com o cumprimento de ordens de superiores hierárquicos. É verdade que atribuir ao engenheiro de produção o direito de interpretar o que é ou não prejudicial para a empresa, mesmo baseado em seu próprio código de ética profissional, pode gerar efeitos perversos e suscitar um grande número de escusas de seus superiores. Há que se destacar, porém, que algumas dessas ordens, se cumpridas, podem ser de fato nefastas para a empresa – neste caso, a maior prova de lealdade do administrador é se recusar a cumprí-las.

6. Conclusões

O presente artigo procura ressaltar a preocupação das empresas com as mudanças que estão se processando com a chamada abertura de mercados. Para tanto, formas de proceder estão sendo por vezes incentivadas e por vezes contestadas. Hoje está havendo uma massificação de conceitos que incentivam a competitividade, os ganhos e os lucros, com a lógica do mercado. E o mercado aberto sugere a troca de processos, produtos e operações. Este mercado ampliado é, ao mesmo tempo, mantido por riquezas produzidas em diferentes países, a partir da transformação da natureza, e por moedas virtuais negociadas em bolsas, que supõe aquisições, trocas e associações das riquezas produzidas. Como a riqueza virtual é apenas o resultado de um jogo, as ações negociadas nas bolsas não refletem necessariamente o valor real do que é negociado. Pelo menos parcialmente, já que não são imunes à corrupção virtual. Acionistas e concorrentes foram prejudicados por grandes empresas nos Estados Unidos, e muitos ainda o são, em todo o planeta, fruto de decisões equivocadas ou criminosas. A ética e a responsabilidade social, através da ação de executivos, deve evitar que isso aconteça, mesmo que tenham de decidir diante de possíveis dilemas, já que as ações (maneiras de agir) das empresas tendem a ser avaliadas por seus atos legais, financeiros e éticos.

Ao mesmo tempo, tem-se, por parte das empresas multinacionais e algumas de porte médio, a ocupação de espaços em países mais pobres, para aproveitar a mão-de-obra mais barata e os insumos disponíveis, mas necessários, para serem agregados aos seus produtos e comercializados de acordo com suas estratégias globais. Ocorre que, quando esses espaços são ocupados, problemas de ordem ética e de responsabilidade social tendem a surgir, principalmente quando a empresa se vê diante de comportamentos não suficientemente conhecidos, derivados de culturas locais. Trata-se de um problema de adequação que dispensa negociações. Como a ética empresarial é norteada por princípios jurídicos, de natureza legal, e por princípios de boa convivência, de natureza sócio-cultural, a empresa tem de obedecer a legislação local, vigente, e se adequar a comportamentos por vezes estranhos. Nesse caso, a responsabilidade social, através da solidariedade, ato entendido e aceito em todos os lugares, pode contornar muitos impasses.

Para concluir, é recomendável que empresas e engenheiros de produção, antes de começarem a trabalhar em lugares com culturas e comportamentos diferentes dos seus, se deixem submeter a certos questionamentos antes de tomarem quaisquer decisões (figura 2), tais como: É Verdadeiro?: Se não for, pergunte-se: - É Justo?: Se não for, descarte essa alternativa. Se for Verdadeiro, pergunte-se: - É Moral? Se não for, descarte essa alternativa. Se for Moral, pergunte-se: - É Honesto? Se não for, descarte essa alternativa. Se for Honesto, pergunte-se: - É Legal? Se não for, descarte essa alternativa.

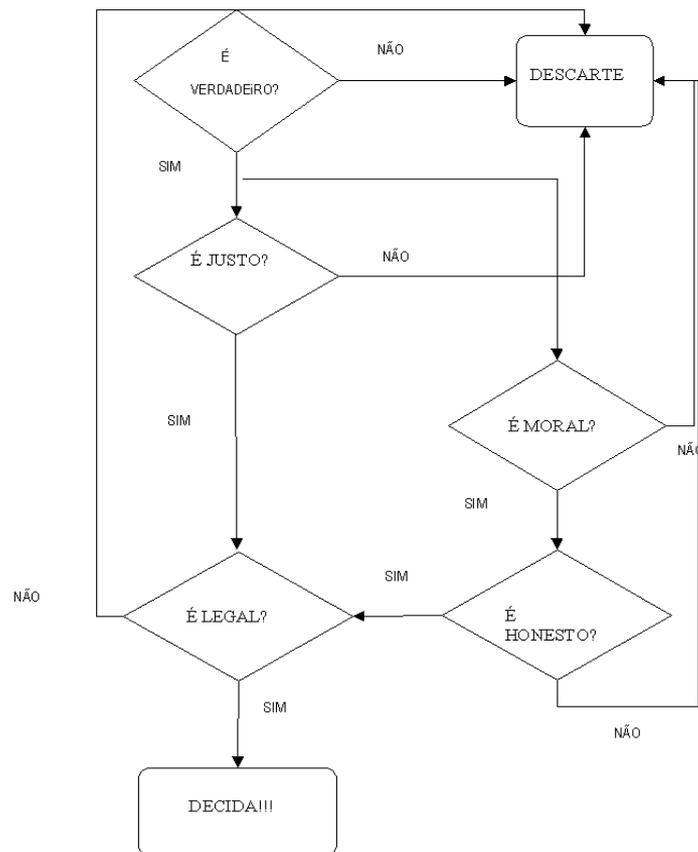


Figura 2. Como implementar uma decisão ética

Uma decisão só deve ser implementada se ela tiver por suporte *a verdade, a justiça, a moral, a honestidade e a legalidade*, isso em qualquer lugar, dentro das fronteiras de origem da própria empresa, onde formas de proceder já são conhecidas, ou fora de suas fronteiras, onde culturas, comportamentos, moral, costumes, hábitos, usos e normas legais são diferentes ou pouco conhecidas.

Referências

CHEW, J.. *Managing MNC Expatriates through Crises: A Challenge for International Human Resource Management*, Research and Practice in Human Resource Management, 12(2), 1-30, 2004. Disponível em <http://rphrm.curtin.edu.au/2004/issue2/expats.html> . Acesso em maio de 2007.

MARQUES, Camila (Reportagem). *O caso Enron e o papel das auditorias*. Disponível em http://www.imesexplica.com.br/0506balanco_enron.asp . Acesso em maio de 2007.

MARTINS JR., Wallace Paiva. *Probidade Administrativa*. São Paulo: Ed. Saraiva, 2001.

MATOS, Francisco Gomes de. *Ética Empresarial e Responsabilidade Social*. Revista Recre@rte N°3 Junho 2005. Disponível em http://www.iacat.com/Revista/recrearte/recrearte03/etica_soc-empr.htm . Acesso em maio de 2007.

REGO, Armênio & BRAGA, Jorge. *Ética para Engenheiros – Desafiando a Síndrome do Vaivém Challenger*. Lisboa: Lidel Ed. Técnicas, 2005.

REALE, Miguel. *Lições preliminares de direito*. 24.ed. São Paulo: Ed. Saraiva, 1999.

SERRUYA, Suzanne Jacob & da MOTTA, Márcia Luz (Organizadores). *Capacitação para Comitês de Ética em Pesquisa*. Brasília – DF: Ministério da Saúde, Departamento de Ciência e Tecnologia, 2006.

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Etica>. Acesso em maio de 2007.